

WELLE, D. A floresta como moeda de troca de Temer. **Carta Capital**, São Paulo, 15 de ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-floresta-como-moeda-de-troca-de-temer>>. Acesso em: 16 ago./2017.



QUESTÃO AMBIENTAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DA REALIDADE DO LIXÃO DE IGUATU-CEARÁ

Environmental issue and precarious work from the reality of Iguatu-Ceará dump

Maria Wiliana Alves Lucas*

Evelyne Medeiros Pereira**

Luana Paula Moreira Santo***



RESUMO

O artigo busca desvelar a questão ambiental como refração da questão social e suas interlocuções com os processos de precarização das condições de vida e trabalho dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis do lixão de Iguatu/CE, de onde extraem as fontes de sobrevivência e tecem suas teias de sociabilidade. Compreender as contradições inerentes ao cotidiano adverso e desafiador desses sujeitos, associada à dinâmica atual do padrão de (re)produção capitalista e seus reflexos no mundo do trabalho, é nosso fio condutor. Assim travamos uma interlocução com os (as) trabalhadores (as) do referido lixão, buscando identificar as particularidades que atravessam tendências cada vez mais vigorosas na realidade contemporânea: de um lado, a precarização do

* Assistente Social. Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Jucás (CE). (CRAS, Jucás, Brasil). Rua Padre Cícero, s/n., bairro São José, Jucás (Ce), Cep: 63580-000. Integrante do Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPESSS / IFCE). E-mail: <willianaalves@yahoo.com.br>. Autora.

** Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Serviço Social. Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, campus Iguatu, Brasil). Membro do Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social NEPESSS / IFCE). E-mail: <evelyne.mp2913@gmail.com>. Co-autora.

*** Assistente Social. Mestre em Sociologia. Professora assistente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, Mossoró, Brasil). Rua Almino Afonso, 478, Centro, Mossoró, CEP.: 59.610-210. E-mail: <luanapms@gmail.com>. Co-autora.

trabalho e o adensamento da questão ambiental como expressão da questão social; de outro, a perpetuação de segmentos invisíveis, desprotegidos pelas políticas públicas e negligenciados em suas necessidades sociais básicas. Para isto utilizamos como percurso metodológico a abordagem qualitativa articulada ao método histórico crítico dialético e a técnicas etnográficas, por meio das seguintes técnicas de coleta de dados: observação de campo, diários de campo, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto a 10 (dez) trabalhadores, cujos dados obtidos foram articulados à pesquisa bibliográfica presente durante todo o processo de elaboração teórica. Os resultados e discussões realizadas atestam um cotidiano de trabalho adverso e desafiador, que submetidos à lógica do capital vivenciam condições de precariedade e exploração. Verifica-se o agravamento destas condições, em decorrência da inexistência de uma política pública efetiva de gestão de resíduos sólidos em âmbito municipal, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o qual submete esta parcela de trabalhadores à intensificação da exploração, consubstanciada pelo estado e pelo capital.

PALAVRAS-CHAVE

Precarização do trabalho. Questão ambiental. Catadores (as) de materiais recicláveis.

ABSTRACT

The article seeks to analyze the precariousness of the living and working conditions of the waste pickers of the Iguatu / CE dump, where they extract the sources of survival and weave their webs of sociability. Understanding the contradictions of adverse and challenger daily these subjects, associated with the current dynamics of the capitalist (re) production pattern and its reflections in the world of work, is our analysis guide. In the sense, from the development of the qualitative research, we dialog with the workers of this dump, seeking to identify the particularities that cross more and more vigorous tendencies in the contemporary reality: on one side, the precariousness of the work and the intensification of environmental issue as an expression of the social question; from another, the perpetuation of invisible segments, unprotected by public policies and forgotten in their basic social needs. To this end we prioritize how methodological path the qualitative approach articulated by critical historical dialectic method and ethnographic techniques. How we use data collection techniques: the observation field; field diaries; questionnaires, and semi structured interviews with 10 (ten) employees, whose data were articulated the bibliographical research present during the entire process of elaboration theory. Results and discussions, attest to a daily life of adverse and challenging work, which subjected the logic of capital experiencing conditions of precariousness and exploitation. The worsening of these conditions, due to the lack of an effective public policy of solid waste management in municipal scope, as advocates the Brazilian Solid Waste Policy, which submits this installment of the intensification of farm workers consubstantiated by the state and by capital.

KEYWORDS

Environmental issue. Waste pickers.

Submetido em: 30/9/2017

Aceito em: 22/11/2017

“A terra não está sendo poluída porque o homem seja uma espécie animal particularmente suja, nem porque sejamos muito numerosos. O erro está na sociedade humana – nas formas que a sociedade escolheu para ganhar, distribuir e usar a riqueza extraída do planeta pelo trabalho humano”. (COMMONER apud MANDEL, 1982, p.354).

INTRODUÇÃO

A mundialização, ao promover a expansão do desenvolvimento capitalista em escala global, também favoreceu a devastação dos recursos e fontes naturais do planeta, intensificou a pauperização, como também tem promovido um processo de banalização e mercantilização da vida nas suas mais diversas esferas sob a insígnia da tão velha e atual “marcha ao progresso” associada à cultura do consumo, da obsolescência programada e da descartabilidade.

Dentre as expressões da crise política, econômica, institucional e social que estamos vivendo no país, encontramos desde aspectos que compõem o que muitos chamam de “fim da Nova República”, com a ofensiva conservadora e a consumação do recente golpe de Estado de “tipo parlamentar e institucional”, à eclosão de fatos que revelam o adensamento da precarização das condições de vida e trabalho de grande parte da população, tais como a “eclosão da crise carcerária e as mais de 100 mortes causadas”, o ataque aos direitos sociais com as contrarreformas previdenciária e trabalhista e o verdadeiro “[...] destrocamento das relações de trabalho assalariado de tal modo que temos no Brasil hoje um desemprego real maior que 12 milhões de pessoas” (ANTUNES, 2017, não paginado). Ou seja, estamos vivenciando uma verdadeira “[...] guerra de classes aberta” (Idem).

Todo esse processo adensa o “[...] desenvolvimento geográfico desigual [...]” (HARVEY, 2013, p.15) como aspecto partícipe

do quadro de acirramento da questão social e ambiental que adquire forma e materialidade na conformação dos territórios e dos sujeitos que os ocupam. É neste cenário que entram em cena os (as) catadores (as) de materiais recicláveis, em geral, expulsos (as) do mercado de trabalho, buscam formas alternativas à garantia dos recursos necessários à sobrevivência. Em tais condições, ocupam as ruas e os lixões a céu aberto das cidades brasileiras, compondo um circuito cotidiano de reprodução ampliada e valorização do capital através da coleta e venda dos materiais recicláveis, por intermédio de atravessadores e cooperativas como elementos do quadro de informalidade dessa cadeia, que entrarão em um novo processo produtivo. Este, certamente buscando novas estratégias para agregar valor aos seus produtos, incorporando, por exemplo, a “sustentabilidade ambiental” mais como recurso ideológico e propagandístico, longe de representar mudanças efetivas nas matrizes produtivas e relações sociais de trabalho.

Em consonância com esta realidade, o presente trabalho tem por escopo problematizar as condições de vida e trabalho dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis inseridos (as) na cadeia produtiva da reciclagem a partir do trabalho no lixão do município de Iguatu (CE), visando desvelar os diversos processos de precarização aos quais estão submetidos (as) cotidianamente.

A pesquisa teve início com a revisão bibliográfica que versou sobre o trabalho enquanto categoria ontológica central e suas configurações no capitalismo contemporâneo, o atual processo de reestruturação produtiva e seus rebatimentos sobre as condições de vida da classe trabalha, bem como a questão ambiental enquanto refração da questão social, o que nos permitiu um aprofundamento teórico e maior aproximação com os aspectos que constituem o modo de ser dessa parcela de “invisíveis” da sociedade.

A etapa posterior percorrida foi à entrada no campo de pesquisa por meio da técnica de observação de campo e conversa com os (as) catadores (as), seguida de construção de diários de campo. Posteriormente a isto foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas junto a 10 (dez) catadores que constituíram o universo dos pesquisados.

Com vistas a uma maior aproximação com o real, buscamos compreender a realidade dos catadores de materiais recicláveis a partir de uma perspectiva crítica. Para isso, priorizamos o método marxista histórico crítico dialético por entender a sua importância para a compreensão da complexidade da dinâmica social e sua contribuição para produção de conhecimentos na área das ciências sociais.

O método em Marx busca o conhecimento a partir da realidade concreta, da estrutura e dinâmica do próprio objeto, “[...] *tal com ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva [...]” (NETTO, 2011, p. 20), o que evidencia que o processo de construção do conhecimento deve buscar a reprodução do real a partir da fidelidade ao objeto. Sobre isso o mesmo autor afirma que, “[...] a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto” (NETTO, 2011, p. 23).

Optamos pela abordagem qualitativa por permitir segundo Minayo (1998) a significação dada pelos sujeitos as suas experiências sociais, complementando assim os dados concretos do real.

O *lócus* do estudo foi o lixão a céu aberto localizado no bairro Chapadinha na periferia do município de Iguatu – Ceará, a 380 quilômetros de Fortaleza¹ (capital). O lixão abriga o lixo coletado na cidade, depositado sem nenhuma classificação ou separação. Alguns moradores das proximidades se utilizam desse espaço para a coleta de materiais aptos a comercialização.

Os sujeitos foram escolhidos aleatoriamente utilizando como critérios entre os trabalhadores que necessitam sobreviver a partir do trabalho no lixão e que aceitaram participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Durante a coleta de dados realizamos a pesquisa de campo, por meio da aplicação das seguintes técnicas e instrumentos: observação de campo, diário de campo, entrevista semiestruturada e questionário com perguntas fechadas. Os momentos de observação de campo e construção dos diários de campo foram realizados a partir da

¹ Disponível em: <<http://iguatu.ce.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

utilização de técnicas etnográficas o que permitiu uma aproximação mais aprofundada da realidade social ali existente.

Sobre a abordagem etnográfica no processo de investigação Gérin-Lajoie (2009, p.15) assim a descreve: “[...] uma abordagem de investigação cujo objecto é observar, no terreno, as práticas sociais no seu quadro natural. Interessa-se pelas experiências de vida das actrizes e dos actores sociais tentando compreender como tais práticas sociais são interpretadas pelos mesmos”. Gérin-Lajoie ao tratar da etnografia crítica entende que os sujeitos envolvidos em determinadas realidades devem ser percebidos como capazes de perceber e identificar os desafios em que estão inseridos, ainda que sob o impacto das determinações estruturais tais elementos sejam invisibilizados, não podemos negar a condição de “ator” do seu cotidiano.

Em outras palavras, utilizarmos elementos da etnografia crítica é buscar nas particularidades que os objetos de pesquisa apresentam, a síntese entre micro e macroestrutura na qual nem sujeito, nem objeto se desvencilham. Esta proposta de etnografia está em consonância com o método histórico crítico dialético que escolhemos como caminho teórico-metodológico a ser perseguido.

Com o escopo de atender aos critérios éticos inerentes a pesquisa com seres humanos, conforme preconiza a resolução N° 466 do Conselho Nacional de Saúde, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações e esclarecimentos sobre a pesquisa.

I MUNDO DO TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REALIDADE BRASILEIRA HOJE

A chegada do capitalismo monopolista ou imperialista, conforme especifica Lênin (2012), demarca um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capital já no final do século XIX e início do século XX. Dentre as principais características deste estágio se destacam o predomínio dos monopólios, a concorrência elevada ao extremo, acirramento e fortalecimento das tendências capitalistas, dentre elas a concentração e a centralização, a financeirização do capital, a reconfiguração do papel do Estado, além da privatização e destruição dos recursos

naturais. Essas mudanças demarcam a passagem do regime de acumulação fordista para outro com características novas e que permanece até a contemporaneidade, mesmo que, em algumas regiões, principalmente de economias dependentes, o “novo” conviva com os elementos mais presentes do “velho”. Trata-se da emergência da *acumulação flexível* que se apoia fundamentalmente “[...] na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.(HARVEY, 1992, p.141).

No início do século XXI, o padrão de reprodução capitalista adquire novas configurações e acirra as expressões da questão social. O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital, ao tornar-se incapaz de promover uma nova sociabilidade humana, inverte-se “[...] em forças destrutivas da sociabilidade moderna, explicitando múltiplas formas de irracionalidades societárias ampliadas, dessocializando o mundo do trabalho e constituindo o sócio-metabolismo da barbárie” (ALVES, 2004, p.32). Esse estágio tem na estratégia, no projeto, neoliberal sua grande base de sustentação que, de acordo com Montañó e Duriguetto (2011), estrutura-se sob três eixos fundamentais e dialeticamente articulados “[...] a) a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; b) a reestruturação produtiva; e c) a (contra) reforma do Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 192-193).

Nesse contexto, a ação estatal se distancia cada vez mais da ampliação democrática, mesmo nos limites da sociabilidade burguesa, e se aproxima de práticas centradas na punição, recuperando o velho binômio *assistência* e *repressão*, o que muitos denominam como marca do Estado Penal (WACQUANT, 2013) ou de Exceção. Assim, para os setores mais pauperizados da sociedade, a margem do mercado formal de trabalho, o investimento em programas focalizados da assistência tem sido um mecanismo comum do “Oiapoque ao Chui”. Por outro lado, a criminalização da pobreza só cresce. Esse processo é perpassado pela privatização dos serviços, sob o comando do capital financeiro. Tais configurações refletem sobre o mundo do trabalho, apresentando como principal agravante o desemprego estrutural e o retrocesso no poder sindical, além de uma relação mais degradante estabelecida entre

o homem e a natureza, voltada para os interesses de valorização do capital (ANTUNES, 2009).

Iamamoto (2011, p. 107) ressalta que “[...] o que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas -, que cria riquezas para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação”.

Dentre as novas formas de organização do trabalho, merece destaque o setor da informalidade. Para Alves e Tavares (2006, p. 436), “[...] a flexibilização é, geralmente apresentada como geradora de emprego, uma das mais eficientes modalidades de exploração do trabalho já utilizadas pelo capital”. Nesse circuito, as relações de produção tidas como “retrógradas” são reestabelecidas sob a sofisticação do discurso do empreendedorismo, sendo o (a) trabalhador (a) destituído (a) das condições tidas como básicas nos mais variados espaços, inclusive domésticos, como também do conjunto de direitos trabalhistas, fruto de conquistas históricas. Sobre isso, basta observarmos as tentativas em curso para aumentar a jornada de trabalho e amenizar a fiscalização de existência de trabalho análogo ao de trabalho escravo, o que nos faz refletir o quanto ainda é presente a nossa herança colonial. Isso dentro de um quadro onde no agronegócio, por exemplo, apenas 36% dos (as) empregados (as) têm carteira assinada (APENAS..., 2017).

Conforme ressalta Tavares (2004) no capitalismo financeiro, a informalidade não constitui um segmento independente de trabalhadores precarizados em suas condições de vida e de trabalho, ao contrário, integra de forma intrínseca a dinâmica capitalista e se torna peça indispensável à continuidade de sua reprodução. Desse modo a informalidade possui como pano de fundo a flexibilidade, da jornada de trabalho, das relações trabalho, da proteção social e da segurança no trabalho, haja vista estabelecer um regime de trabalho independente do empregador, obscurecendo as fronteiras entre a inclusão produtiva e a precariedade.

Pochmann (2006, p. 62) ao refletir sobre o desemprego estrutural e as distintas formas de precarização do trabalho no Brasil, a partir das duas últimas décadas do século XX, afirma que

esse desemprego, de um fenômeno homogêneo, torna-se um “[...] fenômeno complexo e heterogêneo, atingindo de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiências em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração” (POCHMANN, 2006, p. 62). Essa tese vem sendo corroborada por alguns autores que passam a defender a existência de uma nova composição da *superpopulação relativa* (MARX, 1999) no Brasil, formada pelo *preariado*. Este segmento seria constituído por trabalhadores (as) inseridos (as) informalmente, de forma precária, no mercado de trabalho, mesmo com um alto índice de escolaridade. De acordo com Alves (2013a, p. 3), o *preariado* é fruto da “era neodesenvolvimentista”, em sinais de esgotamento, formado por “[...] jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais [...]” (ALVES, 2013a, p.3).

O neodesenvolvimentismo como inclusão salarial e choque de consumo, significou para a nova classe trabalhadora e o precariado, mais alimentos, roupas, automóveis... mas não significou melhores transportes, serviços de saúde, escolas de qualidade, iluminação pública, saneamento, etc; ou ainda, melhores expectativas de realização pessoal e profissional de acordo com as novas habilidades adquiridas pela alta escolaridade.[...] Na verdade, a frente política do neodesenvolvimentismo se desmancha no ar caso queira realizar de forma anacrônica, as promessas civilizatórias da cidadania burguesa (ALVES, 2013b, não paginado)..

Mota (2009) observa que “[...] o mesmo processo que determina a expulsão de trabalhadores da produção intensiva de mercadorias também ocasiona a inserção precarizada dessa força de trabalho em novos processos combinados de trabalho, cujos sujeitos são conceituados de trabalhadores informais, temporários ou por conta própria” (MOTA, 2009, p. 13). Nesse quadro, para a autora, dentre as expressões mais degradantes de inserção trabalhista, na atual conjuntura, encontra-se os (as) catadores (as) de materiais recicláveis; os (as) pequenos (as) trabalhadores (as) rurais, além

das mulheres costureiras que realizam o trabalho por demanda no ambiente doméstico para as grandes fábricas.

No que se refere aos (as) catadores (as) de materiais recicláveis, a inserção informal no mercado de trabalho acarreta na desproteção social quanto aos direitos trabalhistas tanto por parte do Estado quanto pelas indústrias do ramo da reciclagem que se apropriam dos frutos do seu trabalho. No município de Iguatu, por exemplo, esses (as) trabalhadores (as) não possuem cobertura por parte da política de Previdência Social como segurança de aposentadoria ou demais proteções previdenciárias. Desta forma, além de desprotegidos (as) em suas atividades atuais, não dispõem de garantias futuras, o que certamente acarretará na necessidade de continuar no trabalho duro mesmo durante a velhice.

Dessa forma, o lixão, como espaço sócio ocupacional de trabalho, constituiu-se, a rigor, como reflexo do desenvolvimento capitalista que se estrutura a partir da produção e consumo de mercadorias em prol da valorização do capital e da destinação incorreta e desmedida dos resíduos sólidos produzidos, o que tem se constituído como um dos agravantes da questão ambiental.

II QUESTÃO AMBIENTAL COMO INTERFACE DA QUESTÃO SOCIAL: O LIXÃO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA.

Em decorrência dos fundamentos estruturais da sociabilidade capitalista, tendo como eixo central a produção socializada de riqueza e a sua apropriação cada vez mais privada, uma ampla parcela da população permanece destituída de condições dignas de trabalho e sobrevivência, vivenciando a ausência de direitos básicos como moradia, trabalho, lazer, saúde, educação, dentre outros. Assim, as diversas manifestações da questão social no capitalismo contemporâneo continuam apresentando articulação direta com a dinâmica capitalista baseada na produção de mercadorias, que é garantida mediante exploração do trabalho, violação de direitos, degradação da natureza e da vida humana. Dentre essas expressões, a questão ambiental se agrava a partir da cultura da descartabilidade, resultante de estratégias capitalistas com vistas à produção, consumo e descarte de mercadorias muito antes de esgotada sua vida útil.

Cultua-se a necessidade de aquisição de produtos novos e a desvalorização dos velhos, descartando produtos que ainda dispõem de valor de uso. Afinal, “[...] apesar de todas as fraseologias ‘piedosas’, o capitalista procura por todos os meios incitá-los ao consumo, conferir novos atrativos às suas mercadorias, impingir-lhes novas necessidades etc.” (MARX, 2011, p. 257). A obsolescência programada assume papel fundamental para a realização expansiva do capital, além da destruição direta das mercadorias em momentos de superprodução. Porém, esse valor de uso é encontrado pelos (as) catadores (as) que se apropriam desses produtos tanto para uso próprio quanto para a venda aos (as) negociantes (as) envolvidos (as) no ramo da reciclagem.

Enquanto isso, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo estão em situação de fome crônica, sobrevivendo com menos de dois dólares por dia. Essa realidade demonstra a disparidade entre o avanço da ciência e a capacidade de atendimento as necessidades humanas (MARANHÃO, 2010). Isso somado a falta de planejamento urbano, marcado pela superlotação das cidades, em decorrência da questão urbana e agrária, onde apenas uma pequena parcela da população tem acesso à moradia digna e demais serviços sociais como energia, saneamento básico, entre outros, compõe o quadro alarmante de agravamento da questão social que adensa a composição dos segmentos da *superpopulação relativa*.

Nesse cenário, a existência de situações que pareçam compor a fotografia de um passado remoto, como a existência de lixões a céu aberto, é comum, transformando-se em nichos para sobrevivência humana, para os (as) “[...] sobrantes [...]”, os (as) “[...] condenados do sistema [...]” (FERNANDES, 2008, p. 65), refletindo o quanto “[...] urbanização e suburbanização se mesclam, se confundem e se invertem e são refuncionalizadas segundo lógicas que concretizam processos de apartação socioespacial” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 236-237).

Como a problemática socioambiental também, em certa medida, torna-se um incômodo para o desenvolvimento capitalista frente à ameaça de escassez de recursos naturais, a prática da reciclagem, sob condições flexíveis de trabalho, também é permeada pelo

discurso estratégico da sustentabilidade, baseado na necessidade de legitimar a privatização dos bens naturais agregando valor ao processo de produção capitalista. Assim, “[...] contraditória e dialeticamente, os efeitos da degradação ambiental convertem-se em mercadorias” (SILVA, 2010, p. 78). Tal como ocorre com a questão social, “[...] ao mesmo tempo em que assegura a contínua produção e reprodução da ‘questão ambiental’, [...] o capital se empenha em atenuar as suas manifestações, administrando suas contradições através do impulsionamento de programas compensatórios, lastreado pelo discurso do solidarismo” (SILVA, 2010, p. 143) e de gestão ambiental empresarial.

Por outro lado, a reciclagem aparece como alternativa mais imediata a essa realidade, configurando-se como prática viável e ecologicamente correta. Afinal, “[...] com uma produção de cerca de dois milhões de toneladas de lixo domiciliar por dia (cerca de 730 milhões de toneladas ao ano) o planeta demonstra evidentes sinais de esgotamento de sua capacidade de absorver os dejetos da produção humana” (SILVA, 2010, p.112).

É nesse contexto contraditório que se delinea a temática do lixo. O fato é que a presença de lixões, realidade comum em muitos municípios brasileiros, causam impactos elevadíssimos ao ar, a terra e aos recursos hídricos. Isto além de se tornar uma questão de saúde pública. Diante das dificuldades de gerenciamento por parte do Estado, “[...] propõe-se então a privatização como possibilidade objetiva e única [...]” (SILVA, 2010, p.118) de proteger os recursos naturais, “[...] seja diretamente através da definição dos direitos de propriedade sobre estes ou, indiretamente, pela valorização econômica da degradação” (Idem), como se não fosse por esses mesmos meios (privatização) que ocorressem o agravamento das condições socioambientais.

De fato, o que reiteramos é que nenhuma forma de sustentabilidade e de equilíbrio ambiental pode ser garantida por um modo de produção que tem como princípio a lucratividade e a exploração do homem e dos recursos naturais.

Vale destacar que as empresas recicladoras fazem parte da esfera produtiva do capital e iniciam o processo de produção a partir do momento em que as mercadorias são realizadas, ou seja,

quando são descartadas mediante o consumo. Entram em cena os (as) catadores (as) que, ao coletarem os materiais recicláveis, vendem aos atravessadores, repassando-as como matérias-primas para as empresas recicladoras. Esse processo é alimentado pela informalidade das relações de trabalho, envolvendo especialmente as camadas *flutuante* e *estagnada da superpopulação relativa* (MARX, 1999), que passam a ocupar os lixões como espaço de produção e reprodução da vida. Ressaltamos também que parte desses (as) catadores (as) compõe o que Marx denomina de *lupem proletariado*, trabalhadores (as) que nunca foram absorvidos (as) pelo mercado de trabalho formal e que, diante das determinações em que estiveram inseridos (as) desde o nascimento, têm pouquíssimas probabilidades de vir a ser. Desse modo, o processo de inserção de trabalhadores (as) nos lixões envolve dimensões de segregação, exploração e subordinação que antecede a chegada àquele espaço.

Nesse contexto, Estado é peça fundamental, pois aciona os mecanismos com o peso da lei, a exemplo da aprovação do atual código florestal, da venda de ativos ambientais e da privatização, inclusive, do direito de poluir. Contraditoriamente, cabe à União, por meio do Ministério do Meio Ambiente, a responsabilidade pela construção do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o que deve conter, dentre as metas, “[...] a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2012, p. 18).

É de responsabilidade, portanto, dos estados e municípios a construção dos planos locais de gestão de resíduos sólidos, sendo competência dos municípios o plano municipal de resíduos sólidos que poderá ser construído a partir da gestão integrada junto a municípios vizinhos. Vale ressaltar que tanto a construção dos planos estaduais quanto municipais constituem mecanismos necessários ao repasse de recursos federais no que concerne às ações de limpeza urbana e de gestão de resíduos sólidos (BRASIL, 2012). Requisita-se metas para eliminação e recuperação dos lixões, assim como para a “inclusão social” dos (as) catadores (as), a constarem nos respectivos planos estaduais e municipais.

Todavia, estados como o Ceará não dispõem de uma política efetiva de resíduos sólidos em consonância com o que preconiza o marco normativo nacional, exigindo um maior poder de pressão por parte dos (as) próprios (as) catadores (as) para implementação dessa política no estado a qual também corresponda às suas necessidades específicas. Tal realidade reflete nos municípios, a exemplo de Iguatu que não possui um Plano Municipal de Resíduos Sólidos, conforme preconiza a legislação em vigor, sendo marcado pela paralisação das obras de construção do aterro sanitário e inexistência de coleta seletiva de lixo e cooperativas em parcerias com os (as) catadores (as). Devido à ausência destes mecanismos, o destino final dos resíduos sólidos tem sido o lixão a céu aberto, instalado em 1989 ao lado da rodovia CE 284, localizado no bairro Chapadinha, onde muitos (as) moradores (as) o ocupam como espaço de trabalho e garantia do sustento².

É importante destacar que, além das indústrias de reciclagens, o Estado também se apropria do trabalho dos (as) catadores (as), pois a coleta dos materiais nas ruas das cidades, lixões, aterros sanitários ou cooperativas, possibilita a limpeza e a diminuição de lixo nesses locais, cujas ações é de responsabilidade do poder público. Cidades como Iguatu, com ausência de uma política efetiva de gestão dos resíduos sólidos, além da apropriação do trabalho, nos deparamos com a invisibilidade desses (as) trabalhadores (as) frente aos governos locais. O acesso às políticas públicas básicas é precário, muitos desses sujeitos ocupam os lixões em condições desumanas e residem em bairros próximos, desprovidos de serviços públicos de qualidade. A tendência em colocar a população pobre cada vez mais distante dos centros urbanos tem aprofundado tais condições.

Como a questão social “[...] envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania [...] (IANNI, 1992 *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 17)”, sendo um processo “[...] denso de conformismos e rebeldias [...]” (idem), é importante observar que a mais de meio

² A realidade do lixão de Iguatu, Ceará, é conhecida nacionalmente como exemplo de degradação socioambiental. Sobre isso, ver fotos em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24871-lixao-de-iguatu#foto-388620>>. Isto apesar de ser alvo constante de debates, propaganda eleitoral e propostas no âmbito da gestão pública municipal que, atualmente, tem sinalizado mudanças nessa realidade. Vejamos: <<http://www.maisfm.com/vamos-proibir-qualquer-tipo-de-queimada-no-lixao-afirma-secretario-de-meio-ambiente-de-iguatu/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

século os (as) catadores (as) desenvolvem a atividade de catação, porém, é apenas nos anos finais do século XX, com a aprovação do marco legal que responsabiliza o Estado pelo manejo dos resíduos sólidos e pela preservação ambiental, que essa categoria começa a se organizar politicamente e a unificar pautas, via associações, cooperativas e/ou outros processos organizativos (BORTOLI, 2013). É a partir dessas organizações que surge no Brasil o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) na defesa dos direitos do trabalho associadas a pautas ambientais³.

Dentre as conquistas, destaca-se o reconhecimento da categoria profissional na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a construção de cooperativas articuladas à implantação de sistemas de coletas seletivas de lixo por parte de alguns municípios, dentre outros. Vale ressaltar, entretanto, que tais avanços são parcos e localizados. A cobertura por parte do Regime de Geral de Previdência Social, por exemplo, ainda se constitui um gargalo para essa categoria de trabalhadores (as) diante da condição de informalidade. Tais conquistas tornam-se ainda mais distantes diante das dificuldades existentes de organização política da categoria, em decorrência da própria intensidade do nível de precarização a que estão submersos. Invisibilidade e segregação esta que afeta todas as dimensões da vida humana desses sujeitos, restando, muitas vezes, como apoio na subsistência, os benefícios e serviços advindos da política de assistência social, expandida também de forma precária e focalizada.

III OS SUJEITOS EM QUESTÃO: TRABALHO E (SOBRE)VIVÊNCIA DOS (AS) CATADORES (AS) EM IGUATU (CE)

Para o conhecimento das condições de vida e trabalho dos catadores, como anteriormente explicitado, foram aplicados questionários e entrevista semiestruturada junto a 10 (dez) catadores que representam o universo dos pesquisados, seguindo os critérios de elegibilidade estabelecidos no trajeto metodológico, além de dados extraídos dos diários de campo.

Levando em consideração os aspectos até então apresentados, depreende-se que o cotidiano de vida e trabalho dos (as) catadores

³ Ver em: <<http://www.mnrcr.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

(as) do lixão do município de Iguatu (CE), é tanto atravessado por contradições como também reflexo das complexidades contemporâneas do mundo do trabalho, da questão social e da crise econômica, política e ambiental que vivenciamos.

A partir da pesquisa desenvolvida, observamos que esses (as) trabalhadores (as) são pessoas majoritariamente em idade adulta, com variação entre 27 (vinte e sete) e 44 (quarenta e quatro) anos, o que não exclui a existência de pessoas idosas e crianças realizando o trabalho no lixão. Ocorre a predominância efetiva do sexo feminino; dos (as) residentes em casas próprias construídas por meio de programas habitacionais localizadas em bairros periféricos nas proximidades do lixão. Majoritariamente dispõem de baixo nível de escolaridade, raramente declarando a conclusão do ensino médio; declaram-se pardos (as), sendo todos (as) inscritos (as) no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CAD-ÚNICO). A jornada de trabalho é permeada pela exaustão, muitas vezes ultrapassa a 08 (oito) horas diárias.

Tais informações atestam que o desemprego e a precariedade atingem os mais diversos segmentos (escolarizados ou não) que compõem a classe trabalhadora. Em outras palavras, não é exclusividade da parcela de trabalhadores (as) analfabetos (as) ou de baixa escolaridade. A rigor, atinge também aqueles (as) com alta escolarização, muito embora em níveis diferenciados. Frise-se que a alta escolaridade não condiz com a realidade dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis, haja vista que o nível mais elevado de instrução encerra-se no término do ensino médio.

É importante destacar que, em 2015, o benefício social de transferência de renda – Programa Bolsa Família (PBF) – ocupava lugar central na complementação de recursos financeiros, chegando a compor quase metade da renda mensal extraída na catação. Sob estas circunstâncias, a forma de inserção no mundo do trabalho torna o (a) trabalhador (a) necessariamente dependente de um complemento de renda, o que atesta as condições de precariedade e os baixos rendimentos proporcionados pela atividade desenvolvida, tendo em vista que as formas de materialização das políticas sociais no Brasil estabelecem, de um lado, o direito ao trabalho e, de outro, o direito a assistência social como polos

opostos e antagônicos em contraposição a uma perspectiva de complementaridade (SITCOVSKY, 2012). Dessa forma, os (as) beneficiários (as) do PBF variam entre pessoas à margem do direito ao trabalho ou trabalhadores (as) inseridos (as) precariamente no mercado de trabalho que vivenciam relações de informalidade, exploração e baixa remuneração.

A extensa jornada de trabalho é retratada por Alves e Tavares (2006) ao afirmarem que o trabalho informal ou autônomo se encontra impregnado por sua lógica, não mantendo com esta uma relação de autonomia ou independência. Ao contrário, o (a) trabalhador (a) é inserido na lógica de exploração igualmente presente nos espaços formais de trabalho ou até de forma mais intensa, mesmo não contando com a figura física do patrão. Nessa forma de inserção, os frutos do trabalho e a mais-valia produzida são também apropriados pelo capital.

A precariedade com que os trabalhadores da catação se inserem no mundo do trabalho também se expressa pela ausência coletiva de contribuição para a previdência social. O que acarreta a impossibilidade de aposentadoria na fase da velhice e na consequente necessidade de manter-se no trabalho, mesmo diante de limitações. Dentre os motivos retratados como empecilhos para a ausência de contribuição previdenciária, destaca-se predominantemente a falta de conhecimentos e informações necessárias para tal procedimento, acrescido de fatores como: descrédito no Regime Geral de Previdência Social, hipossuficiência financeira e ausência de cobertura na condição de segurado especial por parte da política em comento. Sob este aspecto, Alves (2015) retrata a tendência da existência não apenas do *precarizado*, mas também do *gerontariado* como novo segmento que compõe a classe trabalhadora no Brasil hoje. Este, de acordo com o autor, é composto, de forma geral, por trabalhadores (as) acima de 60 (sessenta) anos que necessitam permanecer ativos em sua atividade laboral, mesmo que disponham de aposentadorias ou pensões.

Essa realidade também é retratada por Tavares e Sitcovsky (2012, p.197-198) ao observarem que, conforme o IBGE (2008),

[...] mais de 44 milhões de brasileiros caminham para a *desproteção* social quando atingirem a velhice.

São trabalhadores informais, por conta própria (autônomos), sem carteira assinada, ou seja, aqueles que não contribuem para a previdência social e que representam 47,9% da população ocupada” (SITCOVSKY, 2012, p. 197-198).

A maior parte dos (as) interlocutores (as) da pesquisa afirmam participar da associação de catadores (as) como única forma de organização coletiva. Tal realidade demonstra uma fragilidade dos processos organizativos, pois identifica-se a ausência de articulação com movimentos organizativos mais amplos tais como o MNCR de abrangência nacional. Esta realidade é retratada por Vasapollo (2005, p. 385): “[...] essa condição, em sua materialidade, significa dificuldades não apenas em organização mas também de ele se considerar como sujeito, para todos os efeitos”, ao afirmar que o (a) trabalhador (a) precarizado (a) apresenta como característica central a dificuldade organizativa enquanto sujeitos coletivos. Apesar dos avanços, a condição de isolamento, tal como sinaliza o depoimento abaixo, e a ausência de articulação com outros (as) catadores (as) fragilizam a luta em defesa de suas necessidades em âmbito local, de um projeto coletivo e a formação de uma consciência de classe.

Ah, ser catador é assim, é um negócio que é isolado, porque eu acredito assim que ninguém quer... Ser catador é você ser uma pessoa isolada, mas ao mesmo tempo também você faz uma função importante, que é tirar o sustento da sua família. Ser um catador, pra mim, eu não sei nem explicar direito, mas é bom [...]. (Entrevistado 6).

Sobre os motivos e as determinações para o trabalho com a coleta de materiais recicláveis, são unânimes os apontamentos de aspectos que dizem respeito fundamentalmente às carências imediatas e objetivas: a fome e a necessidade de garantir uma fonte de renda para sustento familiar. Porém, quando comparado a ocupações onde há um controle muito rígido, com a forte figura do patrão, e uma submissão pessoal do (a) trabalhador (a), a exemplo do trabalho doméstico, a coleta de materiais recicláveis muitas vezes é vista como uma atividade mais amena, que proporciona maior autonomia. Não podemos deixar de ponderar também a influência nesse ponto de vista de um discurso dominante em prol

da informalidade, como se “fazer o seu próprio tempo de trabalho” significasse trabalhar menos ou mais “liberdade”.

[...] só em você não viver nas casas aguentando abuso das pessoas, porque as vezes você arruma um emprego nas casas, pra você ganhar uma mixaria, você além de ganhar uma mixaria, todo santo dia que você esteja sadia, que você esteja doente, você tem que ir, que é a sua obrigação. E aqui não, aqui se você estiver doente você não vem, não tem ninguém pra mandar em você, não tem ninguém pra lhe gritar. Aqui é um serviço próprio que você trabalha e você gosta, que realmente eu trabalho aqui, eu gosto de trabalhar aqui [...] porque só em você não ser mandada por ninguém, é bom demais. (Entrevistada 7).

Contraditoriamente, se o lixão e o trabalho desenvolvido por lá tem as condições objetivas capazes de desumanizar e alienar há, por outro lado, nos (as) catadores (as) uma energia que permite enxergar esperança, construir vínculos e adquirir forças para seguir em frente, o que é possível observar no seguinte trecho:

Depois que eu passei a trabalhar aqui no lixo, eu aprendi a ter conhecimento. Foi onde eu aprendi a conhecer mais as pessoas. Antes disso, eu não conhecia, não tinha conhecimento com ninguém, nem via, não sabia nem como era que o mundo existia pra melhor lhe dizer. Depois que eu vim pra cá foi que as coisas melhoraram pro meu lado, que foi quando o meu cartão veio aprovado, do Bolsa Família, me envolvi com as pessoas que tinham mais conhecimentos, consegui minha casa. E graças a Deus eu me sinto bem e sou feliz no que faço. (Entrevistada 1).

Essa concepção reforça o caráter socializador do trabalho e produtor não apenas de riquezas materiais como também de sentidos para a vida em uma perspectiva subjetiva. Outro aspecto que certamente influencia a concepção acima, sobre o trabalho no lixão, é de fundo liberal, associando o trabalho à atividade que dignifica o ser humano. Isso faz com que os (as) catadores (as) se sintam formigas de *La Fontaine*. Estar fora dessa dinâmica é ser cigarra, que, ao cantar, “perde a dignidade da vida”.

Apesar disso, o trabalho dentro do lixão tem como característica primária as condições de extrema insalubridade e precariedade, o que representa a ausência das condições básicas de segurança para a garantia da saúde, inclusive a escassez no uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), e “dignidade” do (a) trabalhador (a). Para além dos preconceitos e estigmas vivenciados, o cotidiano de trabalho dos (as) catadores (as) também é permeado pelo enfrentamento contínuo de condições adversas tais como o sol, a chuva, a fumaça, o fogo e a poeira. Tais fatores além de dificultar a realização do trabalho também constituem elementos com potencial para ocasionar agravos à saúde, especialmente problemas respiratórios, infecções e contaminações, causadas pelo contato com lixo contaminado, a exemplo do lixo hospitalar.

As condições de trabalho dentro do lixão acarreta em uma jornada de trabalho bastante desgastante e exaustiva, ocasionadas tanto pelas condições infraestruturais já destacadas, quanto pelo esforço despendido no processo de trabalho, ao abrir as sacolas, separar os materiais coletados e carregá-los sobre os ombros ou cabeça. Diante dessas condições, ao fim de um dia de trabalho, relatam sinais de enorme desgaste físico que precisa ser superado durante o descanso noturno para uma nova jornada no dia seguinte.

Ah, você fica enfadada, eu acho que devido o sol mesmo, você só quer saber de tomar banho, quando você chega em casa; você só quer saber de tomar banho, comer, sentar diante de uma televisão e assistir ou então de deitar em uma rede e dormir (risos), porque o cansaço é uma coisa assim... uma coisa assim que sufoca, um calor, uma quentura, sei lá, um cansaço que não tem explicação, mas que você deita, dorme, pra no dia seguinte você começar tudo de novo. (Entrevistada 2).

A fala acima retrata o quanto a conformação do mundo do trabalho nos moldes capitalistas apropria-se não apenas da força física de trabalho, mas do (a) próprio (a) trabalhador (a) e de todo o seu tempo livre, contribuindo para o processo de adoecimento físico e psíquico. De acordo com Alves (2004), ao refletir sobre os impactos da mundialização do capital para a vida humana, afirma que “[...] é apenas o eufemismo da barbárie que não é apenas da miséria física, mas espiritual das massas, da objetividade e subjetividade.

A precarização (e a neo-precariedade) são instituídas pelo sócio-metabolismo da barbárie” (ALVES, 2004, p 34). Assim, o processo de trabalho é transformado, de criação, a destruição e degradação da vida. Nesse circuito, a inserção do (a) trabalhador (a) informal na divisão social do trabalho contribui para que se efetive o circuito da produção capitalista e sua valorização, já que em sua maioria possuem acesso restrito aos direitos sociais e trabalhistas, além da perda integral da renda nos momentos em que necessitam se ausentar (ALVES; TAVARES, 2006).

Somado a isso, é possível observar a dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres que representam a maior parcela destes trabalhadores (as). Após o retorno do árduo dia de trabalho, iniciam uma nova jornada de atividades domésticas, no ambiente domiciliar associada aos cuidados com os (as) filhos (as), com esposo e com o lar.

A inserção precarizada das mulheres no mundo do trabalho é retratada por Antunes (2003) ao delinear reflexões sobre a nova morfologia do trabalho na contemporaneidade. Conforme o autor, a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado significativamente, alcançando o patamar de 40% da força de trabalho em vários países, porém, predominantemente marcada pela precariedade e informalidade. Este fato, ao mesmo tempo em que representa um avanço para às mulheres em relação à subordinação masculina e dependência econômica, submete essas mesmas mulheres aos ditames do capital, em suas facetas atuais, articulada à dupla ou tripla jornada de trabalho que se concretiza no ambiente doméstico, exacerbando as desigualdades de gênero e a exploração da força de trabalho feminina.

Ainda sobre o mesmo assunto, Nogueira (2010) ressalta que, “[...] além de o capital intensificar a desigualdade de gênero na relação de trabalho, ele acentua a dimensão dúplice da sua exploração, ou seja, explora o trabalho feminino tanto no espaço produtivo quanto depende deste no espaço reprodutivo” (NOGUEIRA, 2010, p. 206). Assim, entre os elos da precarização e da “[...] exploração-dominância [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 121) é que a mulher catadora se insere no mundo do trabalho via coleta de materiais recicláveis.

Contudo, a possibilidade de garantia do sustento econômico e de estar fora das estatísticas de morte prematura e criminalidade faz com que o trabalho no lixão tenha um sentido fundamental na vida dos (as) catadores (as).

O motivo que fez eu vir pra cá foi porque o meu ex-marido ele bebia muito, muito mesmo, aí eu me encontrei com dois meses de aluguel atrasado, meu bebê esse de dez anos que está aí, ele estava completando um mês, o dono da casa chegou lá em casa e disse pra mim que estava com dois meses de aluguel atrasado, e não tinha nada para os meninos e eu me obriguei a vim [...]. Aí eu vi o pessoal vindo pra cá e vim tentar arriscar e deu pra ir sobrevivendo e hoje eu consegui, tudo o que eu consegui até hoje foi daqui. E agradeço muito por ter encontrado essa forma de sobreviver sem depender dos outros. (Entrevistada 1).

A relação entre o trabalho de catação de materiais recicláveis e o processo de degradação ambiental é reconhecida por parte dos (as) entrevistados (as), que, em geral, consideram seu trabalho como meio de preservação ambiental. Essa situação nos remete novamente a identificar esse (a) trabalhador (a) como um agente ambiental não remunerado pelo Estado e explorado (a) pelas empresas recicladoras. O pouco reconhecimento social do trabalho de catador (a) muitas vezes advém da sua contribuição dada ao meio ambiente, o que é reafirmado pelos próprios sujeitos como forma de valorização da atividade desenvolvida.

Porém, é possível identificar que o discurso oficial da sustentabilidade ambiental das empresas do ramo da reciclagem não inclui o (a) trabalhador (a) enquanto elo indispensável à produção de riquezas. Esta, por sua vez, representa a contradição que envolve a percepção do (a) catador (a) enquanto um agente ambiental. Nas palavras de Silva (2010, p. 132), “[...] a má-remuneração e a desproteção social, além da discriminação de que são vítimas esses trabalhadores, revelam um quadro de barbárie social em contraste com os avanços científicos e tecnológicos utilizados na produção de reciclados”. Dessa forma, o trabalho realizado na ponta da cadeia produtiva acarreta em baixas remunerações cujos preços das mercadorias coletadas são ditados pelas grandes empresas e atravessadores. Outrossim, uma problemática constante tem

sido a baixa dos preços das mercadorias em escala regressiva ao aumento do salário-mínimo e dos produtos no mercado.

Ao longo de muitos anos de trabalho no lixão, o que representa a realidade da maioria dos (as) catadores (as) abordados em nossa pesquisa, poucas foram às conquistas materiais alcançadas. Vasapollo (2006) afirma que diante da atual conjuntura de precarização e desemprego “[...] se observarmos a situação do ponto de vista dos trabalhadores, imperam a insegurança econômica, a total falta de perspectivas, as dificuldades de administração do tempo, a precariedade em cada fase da própria existência, etc” (VASAPOLLO, 2006, p. 52).

Ao tempo em que o reconhecimento das condições precárias de trabalho se manifestam para os (as) catadores (as) como algo ruim, que não deve ser repetido pelos (as) filhos (as), também estão presentes nas falas dos (as) nossos (as) interlocutores (as) certo “orgulho” da função que realizam. Esses (as) profissionais sabem o papel que desempenham na cadeia produtiva do lixo, entretanto, a dificuldade de conseguirem se articular com os movimentos sociais e a falta de pressão política junto aos órgãos públicos contribuem para a perpetuação de relações que desvalorizam esses (as) trabalhadores (as), constantemente (super)explorados (as) e expropriados(as), expressões da combinação entre formas modernas e arcaicas de produção. Estas, especialmente nos dias atuais, são instituídas com sofisticação.

Daí porque os (as) catadores (as) do lixão a céu aberto de Iguatu, em grande maioria moradores (as) da Chapadinha - bairro periférico da cidade e localizado nas proximidades do lixão -, continuam sem acesso a condições menos insalubres de trabalho e permanecem inseridos (as), em meio a estigmas e preconceitos, de forma precária no contexto da periferia do “rural-urbano” do sertão cearense.

Contudo, não se pode deixar de ouvir a voz de muitos que, ao longe, apesar de rouca e trêmula, teima a soar nos dizendo: “Há quem diga olé, olé, olé, olé, catador de norte a sul e de acolá, nessa marcha sem parar, caminhar é resistir, e se unir é reciclar”⁴ (CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, não paginado).

⁴ Hino Nacional dos Catadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade atual aponta para uma verdadeira restauração conservadora. Na verdade, o que podemos observar é uma série de fatos que constituem o que Fernandes (2005) denominou de “contra-revolução permanente”. Frente a isso, inúmeros são os desafios postos nas condições de sobrevivência da classe trabalhadora como também nas suas formas de resistir frente ao acirramento da questão social e suas expressões.

As principais inflexões desse processo delinham-se no campo da restrição de direitos sociais e humanos através de “[...] uma série de contrarreformas, na economia e na legislação social protetora do trabalho, que nos aproxima a uma regressão profunda, uma espécie de retorno à escravidão do trabalho no Brasil, ainda que uma escravidão moderna” (ANTUNES, 2017, não paginado). A informalidade, o desemprego e subemprego são fenômenos do mundo do trabalho, portanto, que só crescem e se tornam comum, representando, segundo o IBGE, “[...] 12 milhões, 11,8% da População Economicamente Ativa” (ANTUNES, 2017, não paginado), no Brasil, “[...] mas esses, sabemos, são dados inferiores aos dados reais. Se olharmos para o desemprego por desalento dá mais de 5%, se olharmos ainda o subemprego temos mais uma outra parcela imensa” (ANTUNES, 2017, não paginado).

O trabalho com a catação de materiais recicláveis se destaca como uma das formas comuns de inserção informal no mercado de trabalho, marcado pela insalubridade e exploração, mediante a expropriação de parcela da mais-valia produzida entre o restante dos membros da cadeia produtiva da reciclagem. Esse trabalho vem representando, portanto, uma fonte de renda para grupos familiares destituídos de outras possibilidades de sobrevivência ou que dispõem apenas de alternativas de trabalho com menores rendimentos e com grande sazonalidade.

As constatações identificadas na realidade local atestam um cotidiano de vida precário e condições de trabalho atípicas e desafiadoras, manifestadas, dentre outras formas, pela insalubridade inerente ao lixão, o que condiciona o contato diário e contínuo com toda a diversidade de resíduos sólidos cuja composição apresenta potencialidade para ocasionar acidentes,

contaminações e infecções. Com essa mesma intensidade de exposição ao risco, inexistem condições de segurança no trabalho. Os seguros de trabalho, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou tempo de trabalho e demais seguranças da política de Previdência Social são mecanismos ainda longe de serem alcançados pelos (as) catadores (as), engrossando a fila dos (as) desprotegidos (as) socialmente e dos (as) trabalhadores (as) invisibilizados (as) pelo Estado e pela sociedade como um todo.

A posição que ocupam na cadeia produtiva da reciclagem transforma o (a) catador (a) em agente indispensável à produção do valor, ao fornecer a matéria-prima utilizada no processo produtivo. Porém, a desvinculação formal às empresas de reciclagem desresponsabiliza estas e o próprio Estado pelos riscos e danos aos quais esses (as) trabalhadores (as) são submetidos (as) diariamente.

Apesar da existência de uma associação de catadores (as) local, alguns fatores indicam completa fragilidade na organização política desses sujeitos, dentre eles a ausência de articulação com outros movimentos de abrangência nacional como o MNCR, o que entrava a unificação de pautas e possíveis avanços. Outro motivo também destacado por nossos (as) interlocutores (as) se remete a ausência de unidade entre as próprias pautas locais.

Ao traçar o perfil desses (as) trabalhadores (as), percebemos alguns aspectos predominantes que influenciam a entrada precária no mundo do trabalho, tais como a baixa escolaridade, a maioria do sexo feminino e o traço étnico-racial, marca da nossa formação sócio-histórica. Assim, articulamos esses dados às determinações presentes na nossa forma de sociabilidade em que o preconceito racial, a exploração entre as classes e a negação de direitos fundamentais, dentre outros fatores, condicionam a precariedade das condições de vida, trabalho e sobrevivência de uma ampla parcela da população.

Frente aos desafios identificados no cotidiano de vida e trabalho desses sujeitos, também podemos identificar, contraditoriamente, a importância ocupada pelo trabalho na vida dos (as) catadores (as) a partir de suas próprias percepções, o que ratifica a centralidade do trabalho - *concreto* e *abstrato* – nas formas de ser e de viver existentes. Isso sabendo que a alienação e reificação são as diretivas.

Assim, nossas conclusões permitem identificar que o trabalho com a catação, fonte de renda utilizada pelos (as) catadores (as) para a garantia da sobrevivência, ao mesmo tempo que desumaniza, dá significado central para a vida desses (as) sujeitos (as), para sua sociabilidade, o que se torna mais presente quando observamos que essa atividade compõe grande parcela do tempo de vida dessas pessoas, anos e muitas vezes gerações dedicadas.

Verificamos que a fragilidade de organização política tem sido um aspecto comum e incisivo para a permanência não apenas de condições de trabalho degradantes como também da existência e perpetuação dos próprios lixões e de suas condições sanitárias e ambientais também degradantes. A possibilidade de organização via associações e movimentos sociais, tanto em âmbito municipal, estadual e federal, como forma de enfrentamento e resistência a exploração imposta pelo capital, se depara com as características aviltantes do próprio trabalho e das necessidades imediatas que ele demanda.

Nesse sentido, o debate acerca da precariedade que envolve o trabalho dos (as) catadores (as), bem como as alternativas necessárias para mudanças imediatas e mediatas na realidade destes (as), não devem estar desvinculadas das determinações macroestruturais da sociedade em tempos de crise e de “[...] destrutividade do capital globalizante [...]” (MÉSZÁROS, 2007) que vem (re)constituindo os pilares da questão ambiental na (re) produção do capital.

É preciso discernir que as mudanças necessárias nesse circuito perpassam por um reordenamento econômico, político e social, fruto de fissuras no padrão societário hegemônico. O horizonte estratégico deve permanecer presente nas lutas da classe trabalhadora, na sua diversidade, por representar o único mecanismo eficaz de superação das opressões e da destruição ambiental e humana promovida pelo modo de produção vigente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O que é precariado?** São Paulo: Blog da Boitempo, 22 jul. 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso: 16 maio 2014.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho:** parte III. São Paulo: Blog da Boitempo, 2013b. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/09/23/neodesenvolvimentismo-e-precariacao-do-trabalho-no-brasil-parte-iii/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital – notas sobre o sócio-metabolismo da barbárie. **Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6912/6377>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

ALVES, Giovanni. **Prometeu envelhecido:** proletariado e velhice no século XXI. São Paulo: Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/19/prometeu-envelhecido-proletariado-e-velhice-no-seculo-xxi/>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. “A ideia de eleição geral precisa vir acompanhada de fortes rebeliões sociais”. Entrevista. **Correio da Cidadania**, São Caetano do Sul, 1º fev. 2017, Disponível em: <<http://correiodacidade.com.br/34-artigos/manchete/12310-ricardo-antunes-a-ideia-de-eleicao-geral-precisa-vir-acompanhada-de-fortes-rebelioes-sociais>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: SANTANA, Marcos Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

APENAS 36% dos empregados do agronegócio têm carteira assinada. **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.brasiledefato.com.br/2017/01/27/apenas-36-dos-empregados-do-agronegocio-tem-carteira-assinada/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BORTOLI, Maria Aparecida. Processos de organizações de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, jul./dez.2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/11.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 e pelas emendas constitucionais de revisão Nº 1 a 6/94. 35. ed. Brasília (DF), Edições Câmara: 2012.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Marcha dá visibilidade aos catadores do Ceará**. Brasília (DF), 16 out. 2012. Disponível em: <<http://caritas.org.br/marcha-da-visibilidade-aos-catadores-ceara/12228>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FLORESTAN, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

GÉRIN-LAJOIE, Diane. A aplicação da etnografia crítica nas relações de poder. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 14, p. 13-27, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1101/913>>. Acesso em: 13 maio 2015.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n.3, p.09-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília (DF), 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. V.1. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O avesso do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SITCOVSKY, Marcelo. Reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do Bolsa Família. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** Cortez. São Paulo: 2004.

TAVARES, Maria Augusta; SITCOVSKY, Marcelo. O caráter provisório dos mecanismos de reprodução da força de trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

VASAPOLLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2(28), p. 368-386, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11876/8595>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

WACQUANT, Loic. **Punir os Pobres.** A Nova Gestão da Pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro. REVAN/Instituto Carioca de Criminologia, 2013.



OS PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DISPUTA E O PADRÃO HÍBRIDO DE GESTÃO DO SUAS¹

The projects of social assistance in dispute and the hybrid standard of management of SUAS

Robson Roberto Silva*



RESUMO

Este trabalho busca, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisar a construção da política pública de assistência social no Brasil, considerando os distintos projetos em disputa nessa área. Assim, procura demonstrar que –, como resultado do projeto neoliberal hegemônico de assistência social, que conserva aspectos de um projeto tradicional, e que colide e convive com um projeto que concebe a assistência como direito social e dever do Estado –, vem sendo construído desde o meado da década de 1990 um padrão híbrido de gestão, cujos principais traços de continuidade e rupturas são apresentados neste trabalho no período de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

PALAVRAS-CHAVE

Política de assistência social. Projetos em disputa. Gestão social. SUAS. Brasil.

ABSTRACT

This work seeks, through a bibliographical and documentary research, to analyze the construction of the public policy of social assistance in Brazil, considering the different projects in disputes in this area. Thus, it seeks to demonstrate that - as a

¹ Este trabalho é parte das reflexões apresentadas na tese de doutorado construída no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e inclui algumas discussões sobre a condução da política nacional de assistência social na conjuntura atual.

* Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Rua Miguel de Frias, 9, Icaraí, Niterói, RJ, CEP.: 24220-900. E-mail: <robson.essuff@gmail.com>.